

JORGE DE FIGUEIREDO DIAS
NUNO BRANDÃO

DIREITO PROCESSUAL PENAL

OS SUJEITOS PROCESSUAIS

 GESTLEGAL

ÍNDICE

Apresentação	5
Abreviaturas	7
Introdução	11

1.º CAPÍTULO O TRIBUNAL

§ 1. Funções do juiz penal.....	17
I. Decisão das causas penais	17
II. Juiz das liberdades.....	18
§ 2. O princípio da independência judicial.....	32
§ 3. O princípio da imparcialidade	37
I. A garantia da imparcialidade	37
II. Impedimentos.....	43
a. Aplicado medida de coação prevista nos artigos 200.º a 202.º	51
b. Presidido a debate instrutório.....	53
c. Participado em julgamento anterior	53
d. Proferido ou participado em decisão de recurso anterior que tenha conhecido, a final, do objeto do processo, de decisão instrutória ou de decisão a que se refere a alínea <i>a</i>), ou proferido ou participado em decisão de pedido de revisão anterior	56
e. Recusado o arquivamento em caso de dispensa de pena, a suspensão provisória ou a forma sumaríssima por discordar da sanção proposta....	56
III. Suspeições	60

•

§ 4. A competência do tribunal em matéria penal.....	67
I. O princípio do juiz natural.....	67
II. A competência penal e as suas espécies	75
III. Competência material	78
IV. Competência funcional.....	92
V. Competência territorial.....	94
VI. Conexão de processos e competência por conexão	107
VII. Verificação da incompetência.....	117
VIII. Conflitos de competência.....	121

2.º CAPÍTULO O MINISTÉRIO PÚBLICO

§ 5. O Ministério Público como órgão autónomo de administração da justiça	123
§ 6. Legitimação do Ministério Público.....	128
§ 7. O princípio da autonomia do Ministério Público.....	130
I. Dever de objetividade	130
II. Orientação pelo princípio da legalidade	132
III. Princípio da lealdade e <i>fair trial</i>	133
IV. A autonomia externa.....	134
V. A tutela da imparcialidade dos magistrados do Ministério Público ...	142
§ 8. A hierarquia da magistratura e dos magistrados do Ministério Público	143
I. Hierarquia e autonomia funcional	143
II. Poder de direção.....	148
III. Poder de supervisão	154
§ 9. As funções do Ministério Público no processo penal.....	155
I. Titularidade do inquérito e relacionamento com os órgãos de polícia criminal.....	156
II. Funções nas fases subsequentes.....	166

3.º CAPÍTULO O ASSISTENTE

§ 10. Introdução à figura do assistente.....	169
§ 11. Legitimidade para aquisição da qualidade de assistente.....	173
I. Conceito de ofendido em processo penal	176
II. Legitimidade desvinculada da figura do ofendido.....	190

•

•

§ 12. Prazos e procedimento para a constituição como assistente	194
§ 13. Os poderes processuais do assistente	199
I. No inquérito	201
II. No âmbito do encerramento do inquérito.....	203
III. Na instrução	207
IV. No julgamento.....	207
V. Nos recursos.....	208
§ 14. A representação judiciária do assistente	210

4.º CAPÍTULO O ARGUIDO

§ 15. Conceito de arguido	213
§ 16. Posição jurídica do arguido: fundamentos gerais	215
§ 17. Aquisição da qualidade de arguido	219
I. Constituição de arguido	220
II. Atribuição <i>ope legis</i> da qualidade de arguido	231
III. Procedimento e formalidades.....	234
§ 18. Estatuto processual do arguido.....	238
I. O direito de defesa	238
II. O direito à presunção de inocência.....	247
III. O direito ao respeito pela decisão de vontade do arguido (em espe- cial, o direito à não autoincriminação)	251
IV. Os deveres processuais do arguido	260

5.º CAPÍTULO O DEFENSOR

§ 19. Função e posição jurídica do defensor em processo penal	265
§ 20. Admissibilidade e obrigatoriedade da assistência por defensor.....	271
§ 21. A assunção da defesa.....	278
§ 22. O exercício da função de defesa	283
Bibliografia.....	297
Jurisprudência citada	309
Índice.....	311

•



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt